

*Arquivos em Linha:*

## Rede Portuguesa de Arquivos ■

A REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS (RPA) é um objectivo em vias de ser concretizado pela DGARQ. Após o ano de 2008 um grupo de trabalho da DGARQ desenvolveu reflexão sobre esta estrutura, produzindo os dois documentos base que configuraram o modelo e arquitectura da RPA. Durante o ano de 2009 a Rede será uma construção concreta e real.

Esclareçamos que por opção do grupo de trabalho validada pela Direcção da DGARQ, a RPA é uma rede de conteúdos em que organizações que pretendam disponibilizar os seus documentos de arquivo, usufruindo simultaneamente de acesso a outros serviços mantidos pela rede, o poderão fazer. Por conteúdos referimo-nos a descrições de documentos sejam ou não acompanhadas das suas representações digitais.

A RPA reunirá entidades produtoras que mantenham de forma organizada os seus arquivos e desejem disponibilizá-los publicamente, prestando assim um serviço público e contribuindo para a cidadania e divulgação do património. A nenhuma organização está vedada a adesão à rede, a qual é gratuita. Haverá no entanto condições básicas para que a adesão possa ser concretizada.

São elas o livre acesso à informação de arquivo, não sendo

admitidas restrições ou reservas de comunicabilidade. Por esse motivo é necessário que cada entidade aderente conheça os seus conjuntos documentais sendo que a indicação de qualquer reserva de comunicabilidade existente será da sua inteira responsabilidade. Uma outra condição é o desenvolvimento do protocolo OAI/PMH e a presença *Web* nos repositórios utilizados pelas entidades aderentes para guardar e gerir informação descritiva relativa aos documentos custodiados. Este protocolo será utilizado pelo motor de pesquisa transversal para recolher informação de arquivo patente nos diversos repositórios aderentes e disponibilizá-la centralmente aos utilizadores.

Toda a metainformação recolhida centralmente será por seu turno disponibilizada para a EUROPEANA (Biblioteca Digital Europeia) e, mais tarde, para o Portal Europeu de Arquivos (APENET) que no entanto ainda se encontra em desenvolvimento, prevendo-se a sua conclusão em 2011. Neste contexto cada entidade aderente deverá indicar se deseja disponibilizar a sua informação nestas estruturas europeias. Caso não o deseje continuará a poder ser acessibilizada

através do portal ao nível nacional apenas.

A construção da Rede passa neste momento por dois vectores:

1. elaboração dos instrumentos administrativos que conduzirão tanto o processo de adesão como também a gestão das entidades e dos serviços disponibilizados. O regulamento, os formulários de adesão, bem como instruções específicas sobre as condições de adesão e cessação da mesma são exemplos destes instrumentos.

2. A construção de um sítio *Web* que constituirá, sob o domínio [www.arquivos.pt](http://www.arquivos.pt), um portal geral para acesso aos serviços disponibilizados pela RPA um dos quais será um motor de pesquisa inter-repositórios.

Este motor de pesquisa está neste momento a ser objecto de desenvolvimento por parte da DGARQ e de uma empresa (KEEP Solutions) contratada para o efeito, prevendo-se que a versão final entre em exploração publicamente a partir de Março de 2010. No entanto será possível seguir o desenvolvimento deste e de outros serviços no portal que estará publicamente acessível a partir de fins de Novembro do presente ano.

*Francisco Barbedo*

SUBDIRECTOR DA DGARQ

## Vila Nova de Cerveira ■

Paços do Concelho

4920-001 Vila Nova de Cerveira

Coordenação: Salomé Oliveira

Contactos: T 251708020

[www.cm-vncerveira.pt](http://www.cm-vncerveira.pt)

[arquivo@cm-vncerveira.pt](mailto:arquivo@cm-vncerveira.pt)

Horário: Dias úteis – 9h00 > 12h30

13h30 > 17h00, encerrado aos Sábados,

Domingos e feriados

Feriado Municipal: 1 de Outubro

A SALA DE LEITURA ENCONTRA-SE aberta ao público dentro do horário normal de funcionamento dos serviços.

No dia 25 de Julho deste ano, o Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira abriu as portas ao público numa cerimónia muito concorrida, à qual presidiu o Eng.º José Manuel Carpinteira, Presidente do mesmo Município.

O novo edifício, construído de raiz conforme ao projecto da autoria do Arquitecto Sandro Lopes, dispõe de espaços tecnicamente adequados e funcionais, designadamente depósitos bem dimensionados e climatizados, áreas para as tarefas de higienização, para a conservação e o restauro, a recepção e a quarentena de documentos. E, como importa a um equipamento cultural ao serviço do cidadão – dedicado à divulgação da informação – uma ampla e confortável sala de leitura, além de outras zonas de atendimento.

É um edifício moderno, urbanisticamente bem enquadrado, que tem como vantagem um traço da maior importância – o da sua proximidade em relação aos serviços da Câmara Municipal.

O novo Arquivo Municipal, vocacionado para a organização e a gestão documental é um projecto, cujo início remonta ao ano de 1994,



altura em que foram encetados os primeiros contactos entre o Arquivo Distrital de Viana do Castelo e a autarquia. Decorriam então as acções relacionadas com o IPCM para a inventariação do património cultural móvel, que incluiu, além dos museus e bibliotecas, também os arquivos.

O executivo camarário demonstrou desde logo uma grande receptividade para os problemas do arquivo administrativo e da gestão da informação em geral, não tendo, porém, avançado de imediato com o processo conducente à sua concretização, dados os constrangimentos financeiros com que se defrontava na altura.

A sensibilidade do Presidente da autarquia para o muito que havia a fazer nesta área – a salvaguarda do património concelhio, ainda pouco conhecido, e a gestão informacional – levou a que os contactos com o Arquivo Distrital se mantivessem ao longo dos anos que se seguiram. Em consequência, em 2002, o executivo acabaria por deliberar o recrutamento de uma técnica superior de arquivo, Salomé Oliveira, para liderar o processo de criação e entrada em funcionamento deste novo serviço.

Estava dado o primeiro passo mais consistente em direcção a um futuro promissor. Presentemente, o serviço dispõe de mais um técnico superior e de uma outra colaboradora com formação na área.

Ciente de que não há arquivos sem arquivistas, mas que a preservação do património documental do concelho reclamava instalações condignas, a autarquia propôs, em 2003, a construção de um edifício próprio, para nele instalar o futuro Arquivo.

O projecto que se acaba de materializar com a inauguração do novo edifício, contou desde sempre com o apoio do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, tendo sido aprovado através de uma candidatura a verbas do Programa do PARAM, lançado pelo antigo IAN/TT.

O concelho de Vila Nova de Cerveira passou assim a dispor de mais um equipamento cultural ao serviço do cidadão. Nele, qualquer pessoa poderá consultar e obter informação sobre a documentação dos serviços camarários, mas também de outras instituições que operam ou operaram no concelho. É um serviço, que se destina a ser um pólo dinamizador da informação do concelho, aberto à administração camarária, ao cidadão e munícipe, aos investigadores e mais interessados.

Privilegiando esta sua relação com o exterior e aproveitando a cerimónia de abertura ao público, o Arquivo Municipal organizou uma exposição intitulada *Memória Mineira*, cujo objecto incidiu sobre a exploração das minas de volfrâmio de Covas. Além de fotografias deste complexo, que foi alvo de requalificação no âmbito de um projecto conjunto entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e a Junta de Freguesia de Covas, deram-se a conhecer alguns documentos relacionados com a actividade, cujo esplendor se regista em meados do século passado. ♦

# Constância ■

Arquivo Municipal de Constância

Rua Marquês de Pombal, n.º 10,

2250-069 Constância

Contactos: T 249 730 284 · F 249 739 514

[arquivo.municipal@cm-constancia.pt](mailto:arquivo.municipal@cm-constancia.pt)

<http://arquivo.cm-constancia.pt/pesquisa/>

Horário: 14h00 > 17h30

PARA ALÉM DOS SIGNIFICADOS simbólicos que lhe são atribuídos pelas comemorações do Dia de Portugal de Camões das Comunidades Portuguesas, e também pela realização das Pomonas Camonianas – actividade cultural que desde 1994 vem evocando e reafirmando a profunda relação de Constância com Luís de Camões, o dia 10 de Junho de 2009 foi o dia escolhido para a cerimónia de abertura ao público do Arquivo Municipal de Constância, a qual foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Constância, António Manuel dos Santos Mendes e contou com a presença da Directora do Arquivo Distrital de Santarém, Dr.ª Leonor Lopes.

A viabilização do Arquivo Municipal surgiu no âmbito do PARAM (Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais), quando em 2002 foi assinado o contrato-programa com o ex-Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, para adaptação de edifício existente, designado por Casa Amarela, para acolher o património documental custodiado.

O novo equipamento encontra-se dotado das mais diversas valências que lhe permitem assegurar as condições fundamentais para o funcionamento de um serviço de Arquivo que coaduna e detêm sob a sua égide a gestão, segundo competências próprias e directa responsabilidade,



o sistema integrado de documentação produzida e acumulada pela Câmara Municipal de Constância. O Arquivo Municipal de Constância opera em duas vertentes: a gestão da documentação em arquivo corrente e intermédio e a promoção da investigação e da divulgação da documentação em arquivo histórico, relativas ao concelho de Constância.

O edifício encontra-se dividido em duas grandes áreas ou circuitos, interno e externo. Ao circuito interno corresponde o acesso aos depósitos, onde se encontra acondicionada e monitorizada a documentação intermédia e definitiva, sala de tratamento técnico onde são realizadas operações de limpeza, avaliação e selecção, conservação e restauro e descrição arquivística. Ainda adstrito a este circuito criou-se um gabinete de trabalho onde se desenvolvem os processos de digitalização do acervo documental, tendo para esse efeito sido adquirido um scanner planetário DIN A2, bem como contratualizado o acesso à ferramenta informática DigitArq,

desenvolvida em parceria com a DGRQ (Direcção-Geral de Arquivos), com a Universidade do Minho e com o Arquivo Distrital do Porto, actuando-se assim, simultaneamente na preservação e salvaguarda da documentação e na disponibilização e democratização do acesso, sendo possível aceder aos conteúdos disponibilizados pelo Arquivo Municipal em <http://arquivo.cm-constancia.pt/pesquisa/>.

Relativamente ao circuito externo, este é composto pela Recepção, onde se inclui um posto de atendimento, um espaço destinado à realização de exposições e uma Sala de Leitura e Consulta Pública, que dispõe de oito postos de trabalho individuais e um posto de trabalho capaz de acolher grupos de quatro pessoas. Destaca-se ainda a existência de dois postos de acesso à *Internet* e de uma biblioteca especializada em livre acesso de apoio à investigação científica e académica.

O Arquivo Municipal é detentor de todo um conjunto de documentação de valor patrimonial inestimável, reflexo das actividades da Câmara Municipal desde o início séc. XIX, pelo que se pode aceder no Arquivo Municipal ao Fundo da Câmara Municipal, ao Fundo da Administração do Concelho e à Colecção Municipal de Fotografias, sendo possível destacar documentação tão diversificada como Livros de Actas, Livros de Notas, Recenseamentos Eleitorais, Recenseamentos Militares e Testamentos.

Rui Duarte

TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO

# Contributo da Torre do Tombo para a Biblioteca Digital ALUKA ■

AS LUTAS PELA LIBERTAÇÃO NA África Austral foram um fenómeno de âmbito regional e também global. Por isso, a documentação sobre as lutas está dispersa pelo mundo, reflectindo a própria história: a dominação colonial e a luta de libertação, a dispersão dos exilados, a intervenção internacional e as redes mundiais que deram apoio a sucessivas gerações de resistência dentro da região.

O projecto da BIBLIOTECA DIGITAL ALUKA reúne materiais de várias regiões do mundo, disponibilizando o acesso on-line a estudantes, professores e investigadores da África e de outros continentes. Neste momento, a colecção consta de mais de 190 mil páginas de documentos e imagens, incluindo publicações peri-

ódicas, publicações nacionalistas, registos de comissões governamentais coloniais, relatórios de jornais locais, documentos e trabalhos pessoais, correspondência, documentos da ONU, edições de livros esgotadas e outros de grande relevância, testemunhos orais, histórias de vida e discursos.

A ideia do ALUKA foi inspirada na «*Digital Imaging South Africa*» (DISA), um projecto piloto financiado pela «*The Andrew W. Mellon Foundation*» que, até 2006, tinha digitalizado cerca de 60 mil páginas de importantes publicações da África do Sul.

O ALUKA tem como meta a inclusão de dimensões regionais, transnacionais e comparativas, reunindo documentação de países da África

Austral, assim como de outras regiões. Colaborando neste projecto, a Torre do Tombo acaba de participar na formação duma biblioteca digital sobre a luta de libertação nacional em Moçambique. E o seu contributo, resultante de uma selecção criteriosa, traduziu-se em 19.969 imagens digitalizadas de relatórios, fotografias, panfletos, informações e outros importantes documentos existentes nos arquivos da PIDE e dos SCCIM.

**Dalila Cabrita Mateus**

INVESTIGADORA DO CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA (ISCTE) E CONSULTORA DO PROJECTO «ALUKA» INDICANDO O MATERIAL DE ARQUIVOS A SER DIGITALIZADO

## Programa ADAI ■

O PROGRAMA ADAI – *Apoyo al Desarrollo de Archivos Ibero-americanos* é um fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países ibero-americanos. Podem ser beneficiadas todas as instituições detentoras de fundos arquivísticos.

A adesão de Portugal ao programa ADAI, efectuada através da Direcção – Geral de Arquivos, veio viabilizar a possibilidade de qualquer instituição arquivística portuguesa se poder candidatar ao referido programa.

Os potenciais candidatos a este Programa deverão consultar as normas orientadoras, através do site: [www.mcu.es/archivos/MC/ADAI/index.html](http://www.mcu.es/archivos/MC/ADAI/index.html), das quais destacamos:

1. Os conteúdos temáticos privilegiados serão determinados anualmente, no decurso das reuniões do Comité Intergovernamental do Programa ADAI, tendo sempre como ponto focal documentação relacionada com os Países da Ibero-América;
2. Os projectos vencedores terão de ser executados no prazo máximo de 8 meses, a partir da data da recepção do financiamento por parte da entidade beneficiada;
3. O valor da ajuda concedida a cada projecto não poderá exceder 17.000€.

Este valor não poderá exceder, em qualquer caso 80% do custo total do projecto. Consequentemente, o solicitante deverá assumir pelo menos 20% do valor total do projecto;

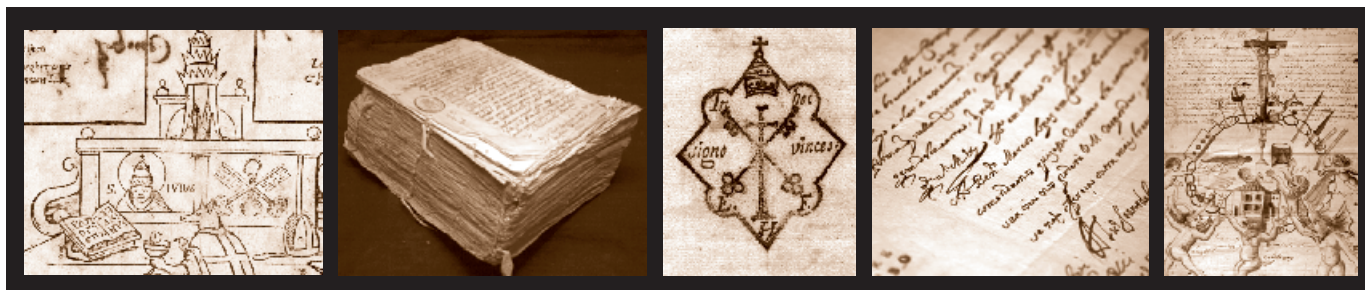
4. As candidaturas são apresentadas em formulários próprios, que se encontram disponíveis na página *Web* do ADAI, com a referência Anexo II B;
5. O original das candidaturas deverá ser enviado obrigatoriamente por correio postal registado. O ADAI não aceita candidaturas enviadas por fax ou por correio electrónico;
6. O prazo para entrega das candidaturas é definido anualmente, nas reuniões do Comité Intergovernamental.

Não obstante o curto espaço de tempo que mediou entre a adesão de Portugal ao ADAI e a data limite de apresentação das candidaturas para 2010, 31 de Julho, Portugal apresentou 4 candidaturas provenientes das seguintes instituições arquivísticas: Arquivo Distrital de Lisboa, Arquivo Distrital de Viseu, Arquivo Histórico Militar e Arquivo Histórico Ultramarino.

**Maria de Lurdes Henriques**

GABINETE DE RELAÇÕES EXTERNAS E COOPERAÇÃO

## A Inquisição de Lisboa na nova plataforma digital: acesso e disponibilização ■



A DGARQ E O ANTT VÃO REALIZAR, no dia 12 de Novembro p.f., um *WORKSHOP* para divulgação do *Projecto Inquisição de Lisboa on line*, patrocinado pela REN, no auditório da Torre do Tombo, Alameda da Universidade, destinado ao público em geral, mediante inscrição prévia com data limite prevista para 30 de Outubro. Este evento visa apresentar o Projecto na sua globalidade e, salientar em cada componente o valor acrescentado por esta iniciativa, tanto para a Organização como para o grande público, nomeadamente: mais e melhores conteúdos; a salvaguarda dos originais; rapidez e facilidade de acesso aos documentos. No programa do *WORKSHOP* as diferentes componentes abrangidas pelo Projecto serão apresentadas pelos colaboradores das respectivas unidades orgânicas que, ao longo de 3 anos, desenvolveram os trabalhos necessários à sua implementação.

**A Divisão de Aquisições e Tratamento Arquivístico (DATA)** apresentará a componente de descrição através do painel subordinado ao tema, «Inquisição de Lisboa *online*: Apresentação de um instrumento de descrição multi-nível actualizado», cujos oradores

serão: Maria Luísa Braga, Joaquim Machado, Cristina Camacho, Teresa Tremeceiro e Paulo Leme.

**A Divisão de Conservação e Restauro (DCR)** apresentará a componente de Conservação no painel: «A Inquisição de Lisboa: Consolidar informação, salvaguardar Memórias», apresentado por Catarina Figueiredo e colaboradores da Divisão de Conservação e Restauro.

**A Divisão de Sistemas de Informação (DSI)** apresentará a componente relativa às infra-estruturas informáticas, sendo orador o Eng.º Jorge Serro.

**A Divisão de Gestão de Projectos (DGP)** apresentará a componente de Digitalização e disponibilização, cujo orador será Anabela Ribeiro; a DATA e a DGP apresentarão, de forma articulada, o painel «O *software* de descrição e disponibilização de objectos digitais», sendo oradores Joaquim Machado e José Miguel Magalhães.

**A Divisão de Comunicação (DC)** apresentará a componente de Comunicação no painel: «Impacto

da mudança», sendo orador Paulo Tremeceiro.

**A Direcção de Serviços de Inovação e Planeamento Estratégico (DSIPE)** apresentará a componente de Preservação Digital, com orador a indicar.

A Direcção-Geral de Arquivos, a DGP e a DSI, bem como a DATA, a DCR e a DC do ANTT, têm estado, directamente, comprometidas e envolvidas na implementação do *Projecto Inquisição de Lisboa online*, a decorrer de Março de 2007 a Dezembro de 2009. Salienta-se o envolvimento organizacional, o elevado sentido de compromisso com o serviço traduzido na resposta dada em número de documentos tratados, descritos em registos acessíveis em linha, nos fólios a planificar, nos documentos a encapsular, no número de imagens a capturar e a disponibilizar no catálogo da DGARQ, no número de documentos a movimentar e a controlar entre as diferentes unidades orgânicas e nas performances a garantir.

Anabela Ribeiro  
Jorge Serro  
Fátima do Ó Ramos  
Catarina Figueiredo  
Paulo Tremeceiro

## Propaganda apreendida (1919-1934) ■

NO DIA 13 DE MARÇO DE 1922, o guarda Adolfo Vaz, da Polícia Cívica de Lisboa, acompanhado dos colegas Joaquim Dias e António Freire Leal, deslocou-se à Calçada de São Vicente, n.º 103, rés-do-chão, em Lisboa, e prendeu José Carlos Rodrigues Frias. O detido, de 22 anos de idade, residia naquela morada e era barbeiro de profissão. Interrogado dois dias mais tarde, disse não ter «ideal algum político ou social», encontrando-se apenas filiado na Associação dos Empregados de Barbeiros de Lisboa. Reconheceu, todavia, ter sido sócio da Juventude Sindicalista. Porém, fizera-o apenas porque fora necessário reunir elementos para uma peça teatral «e não com quaisquer fins sociais». Na sua casa, a Polícia Cívica encontrara e apreendera um panfleto, que o arguido disse ter recebido casualmente de um desconhecido. Emitido em Julho de 1921, aquele texto tem por título «PCP – Ao País» e é o primeiro manifesto dos corpos directivos do Partido Comunista Português.

Este é apenas um entre algumas das centenas de documentos – mais precisamente, 687 – que se encontram agora acessíveis na página oficial na *Internet* do Arquivo da Torre do Tombo. A divulgação por via electrónica desta documentação vem disponibilizar publicamente o resultado daquilo que constituiu, *grosso modo*, um projecto de levantamento de propaganda apreendida pelas forças de segurança, cuja realização foi determinada pelo Professor Doutor Jorge Borges de Macedo, na qualidade de Director da Torre do Tombo. Não sendo exaustiva, a compilação efectuada em Junho de 1993 representa, em todo o caso, um

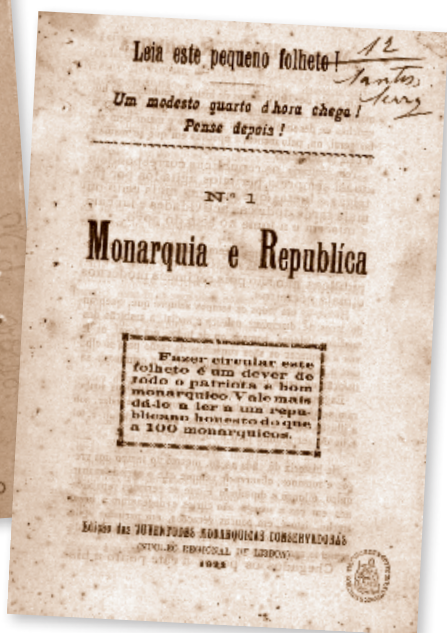


acervo documental suficientemente vasto, significativo e importante que justifica plenamente a sua difusão em formato digital. Tal difusão tem, pois, o propósito de fornecer ao grande público aquilo que se pode considerar uma «amostra» preliminar de «literatura clandestina» produzida entre 1912 e 1934, servindo de convite aos mais interessados a consultar os processos de onde constam os materiais de propaganda apreendida, a qual inclui jornais, publicações periódicas, folhetos, panfletos, brochuras, cartazes, etc.

Do ponto de vista historiográfico, a documentação agora publicada reveste-se de grande interesse, designadamente porque permite uma reconstituição aproximativa do pensamento e da acção que, ao longo da I República, da Ditadura Militar e dos alvares do Estado Novo, foram considerados «subversivos» pelas autoridades ou, pelo menos, merecedores da atenção

(e da apreensão) por parte das forças da ordem.

Como é evidente, de uma amostra deste género não poderá extrair-se uma conclusão definitiva – e, muito menos, construir-se uma qualquer «teoria» – acerca dos grupos e movimentos oposicionistas ou, por outro lado, da actividade das polícias que os perseguiram. Mas é possível, por exemplo, intuir as convulsões políticas e sociais que atravessaram o período republicano, sobretudo após a Grande Guerra, bem como formar uma ideia sobre a diversidade de alguns dos alvos preferenciais do poder estabelecido, antes e depois do 28 de Maio de 1926 ou do plebiscito constitucional de 1933. Se é natural a presença dos anarquistas e dos comunistas – como natural é a linha de continuidade da sua perseguição, da I República ao Estado Novo – não deixa de ser



curioso, mesmo que não surpreendente, deparar com propaganda monárquica e sidonista ou, nos tempos da Ditadura Militar, propaganda com violentas diatribes reviralhadas contra personalidades que se destacavam por incarnar a nova «ordem», como Óscar Carmona ou Vicente de Freitas. É ainda possível reconstruir o universo das representações mentais e ideológicas de operários e sindicalistas, acompanhar reivindicações feitas em tempos de crise, penetrar na fraseologia típica e nas mensagens políticas veiculadas através da propaganda, com uso de linguagem directa e incisiva onde predominam as exortações militantes e as proclamações retóricas, quase sempre rematadas por inflamados pontos de exclamação. Por outro lado, é interessante apreender a forma precária como muita desta propaganda era produzida, visível na forma e no grafismo, as subtis diferenças de estilo do conteúdo dos textos, consoante os grupos que os redigiam e os públicos a que se des-

tinavam, e, bem assim, a iconografia de alguns documentos, que oscilava entre formas estilizadas prenunciadoras do realismo socialista e imagens algo *naïf*, porventura reveladoras do baixo nível de instrução dos seus autores.

Mais importante do que tudo – e esse é o denominador comum aos cerca de 600 documentos aqui presentes –, esta primeira amostragem permite descortinar a lógica própria da propaganda política. É certo que, em boa medida, os que a liam já comungavam dos ideais nela expressos. Mas não é menos certo que a capacidade de persuasão inscrita nos panfletos que aqui se exibem foi responsável, entre muitíssimos outros factores, pelos rumos que tomou o século XX português. Um regime político não se define apenas por aquilo que é ou aspira a ser, mas também por aquilo que elege como seu adversário. Por detrás de cada folheto ou brochura existe uma orga-

nização, mais ou menos estruturada, mas ainda assim capaz de produzir e difundir propaganda. Existe também um processo policial, que ilustra a acção da Polícia de Segurança do Estado, da Polícia de Defesa Social, da Polícia de Informações de Lisboa ou da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, entre outras. Por detrás de cada folheto ou brochura existe ainda uma história de vida, como a do jovem barbeiro de 22 anos que involuntariamente legou à posterioridade aquele que é o primeiro manifesto do Partido Comunista Português. Preso em 13 de Março de 1922, José Carlos Rodrigues Frias seria libertado a 8 de Abril do mesmo ano. O tempo de prisão não foi excessivamente longo e nada sugere que haja sido torturado ou sujeito a quaisquer sevícias. Outros como ele teriam destinos diferentes, muitas vezes bem mais dramáticos. Se um regime político também se define por o que lhe é contrário, estes são documentos fundamentais para compreender o que foi a I República, nas suas versões «Velha» e «Nova», a Ditadura Militar e os primórdios do Estado Novo. Por isso se justifica e deseja que a actual resenha seja complementada com materiais ainda dispersos e que se alargue o arco temporal coberto por um meritório projecto agora resgatado do esquecimento dos arquivos.

*António Araújo*

ASSISTENTE DA FACULDADE  
DE DIREITO DA UNIVERSIDADE  
DE LISBOA E ASSESSOR DO TRIBUNAL  
CONSTITUCIONAL

*Fátima Patriarca*

INVESTIGADORA JUBILADA  
DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

## A astronomia na colecção dos Manuscritos da Livraria ■

EMBORA NÃO SEJAM NUMEROSAS as obras da colecção Manuscritos da Livraria que tratam temas astronómicos e astrológicos, são no entanto suficientes para, através delas, se ter uma ideia do que foram algumas etapas da história da astronomia, a nível nacional e internacional.

Exemplos disso são as famosas «Tabulae astronomicae» (Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, TT-MSLIV n.º 2115), de grande valor patrimonial, que constituem «um dos mais antigos testemunhos em Portugal com cálculos astronómicos e informações com interesse para a navegação». A Isaac ben Sid e Judah ben Moses ha-Cohen, astrónomos que trabalharam para o rei Afonso X, o Sábio (1221-1284), se devem os primeiros trabalhos de composição destas tabelas, também conhecidas por Tábuas Afonsinas. Foram fundamentais para os estudos astronómicos e astrológicos até finais do século XVI, possibilitando o cálculo das posições planetárias. Basearam-se na teoria ptolemaica que assumia estar a terra no centro do universo (teoria geocêntrica).

Outras obras emblemáticas da colecção Manuscritos da Livraria, no que se refere à astronomia, são as dos professores e alunos do colégio jesuíta de Santo Antão. Está hoje em dia estabelecido que a Companhia de Jesus incentivou e desenvolveu o pensamento científico nos séculos XVI e XVII<sup>1</sup>. Foi no colégio de Santo Antão (iniciado em 1553), nomeadamente na sua Aula da Esfera, que se deu a conhecer a revolução de além fronteiras que viria a anular definitivamente a tradicional concepção aristotélica-ptolemaica do

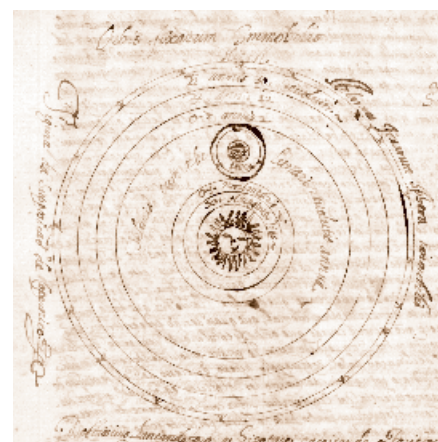
cosmos, em vigor até então.

A actividade deste colégio, considerado a mais importante instituição de ensino científico até ao séc. XVIII em Portugal<sup>2</sup>, representa um testemunho inegável do papel de relevo desempenhado pelos jesuítas no processo de transmissão da ciência em Portugal e no resto da Europa.

A grande maioria das obras científicas dos autores de Santo Antão permaneceu manuscrita. Uma delas foi o «Compêndio astrológico e judiciário» (1639), (TT-MSLIV n.º 2642), do professor inglês Simon Fallon (1604-1642), obra ilustrada com desenhos a sépia, datada de 1639. Simon Fallon usou muitas das suas aulas para discutir aspectos das novas correntes de opinião surgidas no campo astronómico. Mestre da aula da esfera de 1635 a 1642, foi uma figura de grande influência na comunidade técnica e científica portuguesa. Com a Restauração foi nomeado Engenheiro-mor do reino por D. João IV<sup>3</sup>.

Outro importante mestre da Aula da Esfera (1615 a 1617) foi o professor Giovanni Paolo Lembo (1570-1618), figura bem conhecida da ciência europeia do século XVII que confirmou em grande parte as teorias heliocêntricas de Galileu<sup>4</sup>. As suas aulas foram registadas num dos «documentos mais importantes da história da ciência em Portugal»<sup>5</sup> a que foi atribuído o título «Tratado da esfera» (TT-MSLIV n.º 1770). Para além destes apontamentos, que se pensa terem sido reproduzidos por um dos seus alunos, não se conhecem outros escritos científicos daquele autor. O «Tratado da esfera» é abundantemente ilustrado (órbitas

celestes, diagramas astronómicos, construções de geometria e de relógios de sol) e abrange um conjunto de várias matérias das quais se destacam os temas astronómicos. Aqui o modelo ptolemaico é apresentado como ultrapassado. No final apresenta instruções práticas para a construção de telescópios.



Discussão da Teoria Heliocêntrica de Copérnico nas aulas de Giovanni Paolo Lembo, na «Aula da Esfera», em Lisboa: 1615-1617 · TT-MSLIV n.º 1770.

Também presentes na colecção dos Manuscritos da Livraria estão as obras de Inácio Vieira (1678-1739), outro dos mestres do Colégio de Santo Antão. Trata-se do «Tratado da Astrologia e Quiromancia» (TT-MSLIV n.º 2132) e da obra «Astronomia» (TT-MSLIV n.º 2044). José Sanches da Silva (1688-?), sargento-mor de infantaria e matemático, aluno de Inácio Vieira, é autor de duas obras da colecção MSLIV, uma delas o «Tratado matemático de trigonometria», que inclui temas de astronomia (TT-MSLIV n.º 2016). A tese de José Sanches da Silva «Perspectiva matemática assombrada aos raios do mais brilhante astro», foi por ele exposta na aula de Inácio Vieira, no



ano de 1716 e faz também parte das colecções da Torre do Tombo (Série Preta 3578 (38) C.F.).

O códice de astronomia e astrologia «Galatas de curiosidades matemáticas» (TT-MSLIV n.º 681), é outra importante obra da colecção, recheada de ilustrações que incluem tabelas, desenhos, mapas e instrumentos de medição. Terá sido composta por André de Avelar (1546-1623?), professor de Matemática da Universidade de Coimbra, que se atribuiu o pseudónimo de «Galatas»<sup>6</sup>



Regimento da Estrela do Norte (Conjunto de regras que serviam para medir a latitude através da Estrela Polar) na obra «Galatas de curiosidades matemáticas», TT-MSLIV n.º 681.



Representação do universo na obra «Galatas de curiosidades matemáticas». Nela é ainda seguida a teoria geocêntrica que apresenta a terra no centro do universo, TT-MSLIV n.º 681.

A astrologia judiciária é um tema recorrente nos Manuscritos da Livraria. Embora, nos finais do século XVI, a legitimidade da astro-

logia já há muito viesse a ser posta em causa, esta matéria continuava a ser objecto de atenção por parte dos professores que lhe dedicavam várias lições, apresentando, por vezes, a justificação de tal decisão pedagógica. Caso do, atrás referido, professor da aula da Esfera, Simon Fallon que ao concluir ser lícito recorrer-se à astrologia, sublinhava a «eresia, necessidade e proveito da astrologia prática»<sup>7</sup>.

Sobre este tema veja-se por exemplo, o «Almanaque astrológico de 1468 a 1480» (TT-MSLIV n.º 1711). Muito populares, os almanaques astrológicos vieram a ter uma enorme repercussão no decorrer dos séculos. Apresentavam os prognósticos dos astrólogos baseados nas posições dos astros na abóbada celeste (definiam desta forma a influência dos astros sobre o comportamento humano). Mantiveram uma relativa imutabilidade temática. Tinham uma função utilitária indicando as fases da lua, festas religiosas, entre outros temas. Eram os «guias do tempo», nomeadamente do tempo litúrgico.

A temática sobre cometas é também recorrente nos Manuscritos da Livraria. Em finais do século XVI e ao longo do século XVII o estudo dos cometas começou a ser empreendido de forma mais científica. Continuavam, no entanto, a ser associados ao aparecimento de calamidades. Caso do cometa surgido no ano de 1618 que Manuel Bocarro Francês (1588-1662), aluno do colégio de Santo Antão, associa à fome, peste e guerras, [TT-MSLIV n.º 1736 (11)]. E também do cometa surgido no ano de 1664, um dos mais importantes da história da astronomia. O seu aparecimento foi associado ao terrível surto de peste ocorrido em Londres em Maio de

1664. O «Tratado sobre o cometa que apareceu em Dezembro de 664» da autoria de João Soares da Veiga [TT-MSLIV n.º 2216 (1)], conta-se entre os muitos escritos que sobre ele apareceram.

Espera-se que o levantamento e estudo dos Manuscritos da Livraria, ligados à astronomia, constitua mais uma etapa para o conhecimento desta importante colecção. Estão neste momento disponíveis, na base de dados DIGITARQ, 63 registos ligados a esta temática. A grande riqueza iconográfica, o valor científico e patrimonial e a raridade de algumas das espécies presentes nesta colecção justificam plenamente o trabalho de descrição arquivística que tem vindo a ser desenvolvido, tendo em vista um conhecimento mais efectivo deste importante acervo documental.

Isabel Abecasis

- 1 GORMAN, Michael John, The scientific counter-revolution, mathematics, natural philosophy and experimentalism in Jesuit culture, 1580-1670, [Em linha], 1998. Disponível em [www: <URL:http://hdl.handle.net/1814/5821>](http://hdl.handle.net/1814/5821).
- 2 Henrique Leitão, Sphera Mundi in Sphera Mundi, A ciência na aula da esfera, Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNB, Lisboa, BNP, 2008, pág. 19.
- 3 Luís Saraiva e Henrique Leitão, The college of S. Paulo in Macao: a background (16th and 17th centuries) in Historical perspectives on east Asian science, technology and medicine, Singapore University Press, 2002, pág. 294.
- 4 Michael John Gorman, ob. cit., Disponível em [www: <URL:http://hdl.handle.net/1814/5821>](http://hdl.handle.net/1814/5821).
- 5 Henrique Leitão, O debate cosmológico na «Aula da Esfera» do Colégio de Santo Antão in Sphera Mundi, A ciência na aula da esfera, Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNB, Lisboa, BNP, 2008, pág. 35.
- 6 DGARQ, TT, IDD, Cadernetas ML.
- 7 Luís de Albuquerque, «A «aula da esfera» do colégio de Santo Antão no século XVII», Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, pág. 12.

# Novas Aquisições ■

Dezembro de 2008 a Maio de 2009

TENDO EM CONSIDERAÇÃO o valor arquivístico, o estado de conservação dos documentos em apreciação, a complementaridade face a fundos existentes no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em conformidade com o documento «Política de Aquisições do Arquivo Nacional da Torre do Tombo»<sup>1</sup>, ou o seu valor excepcional, foram adquiridos com destino ao ANTT os seguintes documentos:

## 1. Fundos Eclesiásticos

- Constituições da Província da Conceição da Ordem dos Frades Menores – Capuchos – (séc. XVII), único documento do Governo da Província existente no ANTT.
- Livro de profissões dos monges do Mosteiro de Belém (1737).
- Livro das visitas do bispo de Elvas para a Vila de Fronteira, (1745).

## 2. Fundos de Irmandades

- Compromisso da Real Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, no âmbito do novo levantamento da Irmandade e Irmãos de Santa Ana no convento de Santa Ana de Lisboa, da Província de Portugal (1785); o qual não dispõe de fundo diferenciado, no ANTT mas apenas de documentos na Província de Portugal.
- Seis Livros da Irmandade Senhor Jesus da Cruz e dos Passos erigida na igreja do Mosteiro, depois igreja paroquial de Santa Maria de Belém (1706-1856).

## 3. Fragmentos, Gavetas e Casa Forte

- Álbum de campanha sobre marchas, manobras e planos de batalha do exército português, realizados no âmbito da Guerra Peninsular, pelo capitão Manuel Isidro da Paz (1812), Casa Forte, n.º 212, disponível em



linha em [www: <http://www.dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/catalogo/>](http://www.dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/catalogo/).

- Certidão em carta testemunhável, relativa uma herdade reguenga situada no lugar de Vilarelhos, concedida pelo rei D. Sebastião a Luís Álvares de Távora (02/03/1564), Gaveta 25, maço 2, n.º 8, disponível em linha em [www: <http://www.dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/catalogo/>](http://www.dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/catalogo/).
- Dois documentos em pergaminho, truncados, com notação musical e texto em latim.
- Livro em pergaminho com encadernação em madeira escrito, provavelmente, em etíope.

## 4. Arquivos de Pessoas Singulares e Arquivos de Família

- Correspondência recebida por Miguel da Costa Braga, chefe de gabinete do General Gomes da Costa, deputado à Assembleia Nacional e director do «Diário da Manhã» (1913-1955), fundo relacionado com o Arquivo Oliveira Salazar, Henrique Galvão e fundo União Nacional/Ação Nacional Popular.
- Documentação proveniente do espólio de José Silvestre de Andrade e seu filho Coronel José Silvestre de Andrade (1852-1904).
- Uma Sentença relativa à da herança

do morgado de Joham Esteves da Rica Solteira (10/09/1455), para o fundo Casa de Abrantes.

## 5. Arquivos de Empresas.

- Álbum de fotografias originais, da Companhia Portuguesa de Trefilaria S.A.R.L., alusivas à inauguração das instalações (1947).

## 6. Inquirição de Lisboa e outros fundos

- «Lista das pessoas que ouviram suas sentenças [...] do S. Ofício desta cidade de Lxa occidental» (21/09/1723).
- Registo das «Comissões da Reforma das Alfândegas do Reino...»
- «Decretos e Portarias» (1836-1843).
- Regimento da Fabrica dos Panos (1690).

A DGARQ adquiriu, ainda, um Índice do Cartório do Convento da Madre de Deus de Monchique de Miragaia (1760), que está destinado ao Arquivo Distrital do Porto.

Ana Maria Lopes Vaz dos Santos  
TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO

1 FRAZÃO, António [et al.] – «Política de Aquisições do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – documento síntese». V.1.0. [Em linha]. Lisboa: DGARQ, 2008. Disponível em [www: <URL: http://www.dgarq.gov.pt>](http://www.dgarq.gov.pt)

Exposição

# Portugal 12.21 – Identidade ■

NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DE PORTUGAL, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que decorreram na cidade de Santarém, o Museu da Presidência da República apresentou a exposição *Portugal 12.21 – Identidade*, de 09 de Junho a 12 de Julho de 2009.

Ao percorrer os dez séculos de História de Portugal, desde a fundação da nacionalidade até à actualidade, esta exposição apresentou um conjunto de documentos e peças que, pelo seu valor e pelo seu significado histórico e simbólico, fizeram referência aos aspectos territoriais, linguísticos, culturais, políticos e religiosos que ajudaram a definir um perfil identitário e uma ideia de Nação.

Por cada século de História, uma peça, um documento, um texto de enquadramento e uma frase de um autor português, permitiram ao visitante uma viagem no tempo. Com a preciosa colaboração de várias instituições, entre elas o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, reuniram-se documentos como o primeiro onde aparece o sinal «Portugal» (1129), o Tratado de Alcanices, que fixou os limites fronteiriços com Castela (1297), a Carta Atlântica de Albernaz (séc. XVI) ou ainda a Carta de Lei, assinada pelo rei D. Luís, abolindo



a pena de morte (1867) e que colocou Portugal na vanguarda da defesa dos Direitos do Homem. Peças como o cálice de Dom Gueda Mendes, obra-prima da ourivesaria românica (séc. XII), o contador «Dominicanos» simbolizando o encontro de culturas (séc. XVI), a escrivantina do célebre ourives francês Thomas Germain ilustrando o fausto da corte de D. João V (séc. XVIII) ou o cunho da moeda Euro e a primeira moeda cunhada (séc. XXI), foram alguns dos exemplos do património cultural português que se puderam admirar.

A exposição foi também a oportunidade para o Museu da Presidência da República se estrear no mundo virtual do *Second Life*, ao ser recriada digitalmente no espaço da Presidência da República, tornando-se o Museu da Presidência da República o primeiro museu português a marcar presença nesse ambiente.

*Miguel Bandeira Veloso*

MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## Igreja Católica pensa estratégia para os seus arquivos ■

REALIZOU-SE NOS DIAS 17 E 18 de Junho, em Braga, o II Conselho Nacional dos Bens Culturais da Igreja, subordinado ao tema «Arquivos da Igreja: Memória das comunidades ao serviço da Sociedade». O encontro, organizado pelo Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, teve como um dos seus principais objectivos a apresentação de uma proposta de estratégia para os arquivos da Igreja Católica em Portugal, a apresentar pelo Conselho à Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais. Foi convidada a Dra. Anabella Barroso, Directora do Archivo Histórico Eclesiástico de Bizcaia, que apre-

sentou a experiência desta entidade na definição e implementação de um modelo de gestão integrada de arquivos diocesanos.

Para a definição da estratégia, o Conselho contou com a apresentação de um guião orientador, realizada pelo Dr. Pedro Penteadado, na sua qualidade de representante da Conferência Episcopal Portuguesa para os Arquivos, no Conselho Nacional de Cultura. Após a realização de várias reuniões de reflexão e debate, o Conselho apresentou as suas conclusões, que passaram, entre outras:

1) pela elaboração de um diagnóstico de situação dos arquivos da Igreja,

2) pela criação de serviços de arquivo e a afectação de técnicos qualificados e outros recursos para a implementação das políticas de arquivo nos vários tipos de entidades eclesiais, particularmente nas dioceses,

3) pela constituição de um Grupo Técnico Nacional tendo em vista a produção de orientações normativas e a consultoria na área dos arquivos, bem como a realização de instrumentos de aplicação transversal.

Na reunião de encerramento estiveram presentes o Bispo D. João Lavrador, representante da referida Comissão Episcopal, bem como o Dr. Silvestre Lacerda, Director-Geral de Arquivos. *PP*

## AGENDA

### Exposição



### «J. Laurent e Portugal», *Fotografia do Século XIX*

17 DE OUTUBRO > 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EXPOSIÇÃO COM ORGANIZAÇÃO a cargo da Associação Portuguesa de Photographia com imagens representativas do trabalho que este autor desenvolveu em Portugal. As imagens provêm, não só da Colecção Nacional de Fotografia do CPF, mas também de colecções particulares.

© CNF3138-CPF/DGARQ/MC



BELEM (portugal). 802. Cour du cloître de S<sup>t</sup> Jérôme. J. Laurent. 1890

#### Centro Português de Fotografia/Direcção-Geral de Arquivos

Edifício da Cadeia da Relação do Porto · Campo Mártires da Pátria · 4050-368 Porto Portugal  
Tel. +351 222 076 310 · Fax. +351 222 076 311 · email@cpf.pt · www.cpf.pt  
Horário do centro de exposições: 3.ª a 6.ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00  
Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00 – Entrada Livre

## Reuniões Internacionais

Vão realizar-se de 23 a 27 de Novembro de 2009, na Torre do Tombo, vários eventos focalizados na cooperação entre os Países de Língua Portuguesa e a Partilha do Património Arquivístico Comum, como forma de boas práticas no contexto internacional.

Assim terão lugar a IX Reunião da COLUSO – Comissão Bilateral de Salvaguarda e Divulgação do Património Documental e a V Reunião do Fórum dos Arquivos dos Países de Língua Portuguesa e um Seminário, aberto ao público, sobre a temática *Partilha do Património Arquivístico Comum*.

Com a realização destes eventos pretende-se promover a cooperação e estimular a defesa e divulgação do património Arquivístico dos Países de língua Portuguesa, nomeadamente em organizações internacionais, especialmente junto da UNESCO, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da CPLP.

Maria de Lurdes Henriques

GABINETE DE RELAÇÕES  
EXTERNAS E COOPERAÇÃO